

APRESENTAÇÃO

O dossiê publicado neste volume da *Moara* integra-se ao projeto *Literatura e direitos humanos*, apoiado pelo CNPq e coordenado por cinco pesquisadores originários de universidades que unificam o Norte, Sudeste e o Sul do país: Germana Araújo Sales, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Regina Zilberman, Jane Fraga Tutikian e Rafael Brunhara, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Marisa Lajolo, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

No período de vigência do projeto, entre janeiro de 2022 e outubro de 2025, os coordenadores organizaram seminários e publicações, realizados no espaço das instituições de ensino superior de onde procediam. Entre as publicações, contam-se o livro *Sobre os direitos humanos e a literatura* e este volume da *Moara*.

A ideia a nortear as publicações, em livro e periódico, consistiu em abrir o campo de pesquisa a autores e autoras procedentes de variados centros universitários, dividindo as possibilidades de se posicionar diante de um tema tão relevante e atual entre docentes e estudantes do país e do exterior, reiterando sua abrangência e compartilhamento de preocupações entre distintas culturas e sociedades. Independentemente das distâncias geográficas, trata-se de uma preocupação unificadora, que aproxima igualmente os proponentes desse dossiê, Esequiel Gomes da Silva (UFPA, campus de Abaetetuba), Germana Araújo Sales (UFPA) e Regina Zilberman (UFRGS/UEMA/FAPERJ).

A afirmação dos direitos humanos resulta do reconhecimento de que as pessoas “nascem e permanecem livres e iguais em direitos”, como expressa a Constituição proposta pelos revolucionários franceses em 1789. Dos ideais de liberdade e igualdade, emergiram, ainda no século XVIII, época do Iluminismo e do Racionalismo, as lutas em prol da emancipação política na Europa e na América, a que se seguiram reivindicações em nome da autonomia política, racial, étnica, de culto e de gênero.

A literatura não se omitiu deste debate: expôs as aspirações libertárias e igualitárias dos diferentes grupos (sociais, raciais, étnicos, de gênero), e apresentou-se igualmente como um direito ou, como formula Antonio Cândido em seu ensaio seminal, um “bem indispensável”, a que todos os seres humanos devem ter acesso. Contudo, ao longo dos 230 anos que nos separam dos movimentos emancipatórios

do século XVIII, as exclusões não desapareceram: estão presentes na sociedade, dividida em segmentos economicamente desiguais, e na cultura, como se verifica na transmissão do saber e na distribuição da escolaridade. No caso dos estudos literários, as exclusões transparecem nas obras dedicadas à história da literatura, que consolida um cânone mediado pelas intenções das classes dominantes.

Dessas constatações derivam as tarefas que se apresentam aos pesquisadores: primeiramente, a reflexão sobre as relações entre literatura e direitos humanos, sendo examinado como a primeira traduz, ou deixa de traduzir, os segundos, observando-se também em que medida, enquanto “bem indispensável”, a literatura alcança, ou deixa de alcançar, seus beneficiários. A partir dos resultados dessa investigação, cabe propor uma prática que afiance à literatura o exercício de suas potencialidades, garantindo a legitimidade e a eficácia de seu teor iluminista.

Tal foi o intuito do projeto proposto, permanecendo vivo nas atividades realizadas entre 2023 e 2025, de que esse dossiê, a cuja chamada acorreram mais de meia centena de submissões, faz parte, espraiando o conhecimento adquirido e as possibilidades de sua prática na sociedade e na educação.

Esequiel Gomes da Silva

Germana Araújo Sales

Regina Zilberman,

Organização